

DECRETO Nº 10.910
DE 28 DE JULHO DE 2025

ALTERA O DECRETO Nº 10.051, DE 04 DE MAIO DE 2023, QUE DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES DE COMÉRCIO AMBULANTE NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO SANTOS, Prefeito Municipal de Santos, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei

DECRETA:

Art. 1º O inciso VI do artigo 2º do Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º [...]

[...]”

VI - Classe VI: comércio de milho, amendoim, pipoca, churros, algodão-doce e doces;”

Art. 2º O Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar acrescido do artigo 4º-A, com a seguinte redação:

“Art. 4º-A. Fica expressamente proibido o pernoite, na área da praia, de qualquer equipamento utilizado na atividade de comércio ambulante, tais como guarda-sóis, mesas e cadeiras, soltos ou acondicionados em carro de reboque, bem como de carrinhos de mercadorias.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto no *caput* deste artigo sujeitará o equipamento à apreensão e à multa prevista no artigo 36 deste decreto.”

Art. 3º O inciso III do artigo 6º do Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º [...]

[...]”

III - a instalação de água, esgoto e energia elétrica somente poderá ser realizada mediante solicitação do ambulante no Poupatempo - Santos, através de processo administrativo e após aprovação dos órgãos competentes da Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais - SEPREF e da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINFRA.”

Art. 4º O Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar acrescido do artigo 8º-A, com a seguinte redação:

“Art. 8º-A. Fica autorizada a permanência de 01 (um) equipamento de reboque, devidamente desacoplado de veículo automotor, a uma distância máxima de 01 (um) metro dos carrinhos de comércio ambulante regularizados, exclusivamente durante o período de funcionamento da atividade, na faixa de areia das praias do Município.

§ 1º A autorização prevista no *caput* aplica-se apenas aos ambulantes devidamente licenciados pela Prefeitura Municipal de Santos e cujos equipamentos estejam previamente identificados e cadastrados junto ao órgão municipal de trânsito.

§ 2º O equipamento de reboque deverá permanecer imóvel, sem qualquer tipo de movimentação motorizada na faixa de areia, sendo utilizado unicamente como suporte de estrutura ou armazenamento vinculado ao carrinho de ambulante.

§ 3º É vedada a circulação de veículos automotores ou de reboque acoplado na faixa de areia, salvo em caso de entrada e saída para montagem e desmontagem, em horários e locais previamente autorizados pela legislação municipal.”

Art. 5º O artigo 9º do Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

GABINETE DO PREFEITO

“Art. 9º Os equipamentos utilizados para o exercício do comércio ambulante deverão respeitar os seguintes padrões e normas, de acordo com a classificação estabelecida no artigo 2º deste decreto:

I - equipamentos de propulsão humana com as dimensões máximas de:

a) carrinhos: 2,00 metros de comprimento, 1,20 metro de largura e 1,80 metro de altura;

b) carrinhos de pastel, suco, chá-mate: 1,50 metros de comprimento, 1,0 metro de largura e 1,0 metro de altura;

c) carrinhos de bebida alcoólica na praia: 2,00 metros de comprimento, 1,20 metro de largura e 1,80 metro de altura;

II - veículos do tipo motorizados: não poderão exceder as dimensões de 2,50 metros de comprimento, 1,80 metro de largura e 2,00 metros de altura, adaptados para a atividade desejada, podendo ser rebocado ou semirreboque desde que atendidas as normas sanitárias municipal, estadual, federal e a legislação de trânsito;

III - veículos tipo trailer: com dimensão de 1,80 metros a 4,00 metros de comprimento, 1,80 metros a 2,50 metros de largura e até 3,00 metros de altura;

IV - barraca: com dimensão de 1,20 metros a 2,00 metros de comprimento, 0,80 centímetros a 1,50 metros de largura e até 2,50 metros de altura.

Parágrafo único. Qualquer equipamento utilizado no exercício do comércio ambulante que exceda as dimensões máximas estabelecidas neste artigo ou que não esteja expressamente autorizado pela legislação será passível de apreensão e multa, incluindo, isopores, caixas térmicas, mesas avulsas, bancadas improvisadas, cadeiras, expositores sem padronização e estruturas adicionais não previstas.”

Art. 6º O parágrafo único do artigo 11 do Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. [...]

Parágrafo único. O ambulante é obrigado a manter o crachá em sua via original exposto aos clientes no seu local de trabalho e à disposição da fiscalização quando solicitado.”

Art. 7º O § 1º do artigo 12 do Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. [...]

§ 1º O ambulante deverá solicitar, através de processo administrativo aberto no Poupatempo - Santos, a emissão de crachá de identificação para o auxiliar junto à Seção de Fiscalização de Comércio Ambulante - SEFIS-AMB, pertencente à Coordenadoria de Fiscalização de Posturas - COFIS-POSTURAS, vinculada à Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais - SEPREF, apresentando os originais dos seguintes documentos:

- I - RG e CPF (ou apresentar a CNH);
- II - comprovante de residência (com data máxima de validade de 03 (três) meses, no nome do auxiliar);
- III - atestado de antecedentes criminais, podendo apresentar o atestado estadual com validade de 30 (trinta) dias, ou, o atestado federal com validade de 90 (noventa) dias;
- IV - atestado médico, da rede pública ou particular (com data máxima de validade de 01 (um) ano, constando obrigatoriamente o nome civil completo e os dizeres: apto para o trabalho de ambulante;
- V - 01 (uma) foto (tamanho 3x4, recente, colorida, com fundo branco e sem data).

Art. 8º O *caput* e os §§ 1º e 3º do artigo 14 do Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Fica estabelecido o limite máximo de 40 (quarenta) guarda-sóis para cada licença de ambulante que exerce a atividade discriminada no artigo 2º, inciso II (bebidas alcoólicas somente na faixa de areia com guarda-sol, mesa e cadeiras), de acordo com o espaçamento das áreas de cada canal, atendendo aos seguintes critérios:

- I - Possuir em cada guarda-sol o máximo de 6 (seis) cadeiras;
- II - Não exigir ou cobrar consumação mínima;
- III - Não locar os equipamentos;
- IV - Não fazer demarcação de área;
- V - Identificar cada item com o nome fantasia do carrinho e o número do item, sendo que, para guarda-sol, a numeração deve ser de 1 (um) a 40 (quarenta), e para cadeira, de 1 (um) a 240 (duzentos e quarenta), com a identificação no lado externo do item e minimamente visível a pelo menos 20 (vinte) metros de distância;
- VI - Possuir, de forma visível em seu equipamento, placa de informação emitida pela Seção de Fiscalização de Ambulantes com as orientações previstas no presente artigo;

VII - O ambulante não poderá iniciar suas atividades com mais de 15 (quinze) guarda-sóis abertos, devendo observar a abertura de mais equipamentos apenas quando solicitado pelos clientes.

§ 1º As quantidades de guarda-sóis discriminadas no *caput* e no inciso VII poderão ser reduzidas ou aumentadas discricionariamente pela Administração Pública, em períodos de maior ou menor circulação, mediante comunicação aos ambulantes por publicação em Diário Oficial.

[...]

§ 3º As cadeiras e mesas de praia deverão ser em estrutura de alumínio ou plástico, dobráveis, e os guarda-sóis devem possuir lona impermeável, sendo vedado o uso de cadeira do tipo espreguiçadeira ou similares.”

Art. 9º O Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar acrescido do art. 14-A, com a seguinte redação:

“**Art. 14-A.** É vedada a qualquer outra classe de ambulantes a utilização de cadeiras para suas atividades, sob pena de multa e apreensão dos equipamentos em desconformidade com a legislação.”

Art. 10. O § 2º do artigo 18 do Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 18.** [...]

§ 2º A colocação de anúncios deverá ser requerida através de processo protocolado no Poupatempo - Santos, direcionado à Coordenadoria de Fiscalização de Posturas - COFIS-POSTURAS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data solicitada para instalação, devendo mencionar no pedido:

- a) local em que serão colocados, instalados, pintados ou adesivados;
- b) suas dimensões;
- c) e seus dizeres, símbolos e logos.”

Art. 11º O artigo. 27 do Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. Para a renovação da licença da atividade de comércio ambulante, no período de fevereiro a maio do respectivo ano corrente, com validade até o término do próximo período de renovação, os ambulantes deverão apresentar os documentos abaixo elencados em suas vias originais para a devida análise prévia por parte da Seção de Fiscalização de Comércio Ambulante - SEFIS-AMB, pertencente à Coordenadoria de Fiscalização de Posturas - COFIS-POSTURAS, vinculada à Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais - SEPREF, e protocolá-los no Poupatempo - Santos:

- I** - requerimento ao Prefeito;
- II** - documento de identificação da pessoa física e jurídica;
- III** - atestado médico;
- IV** - atestado de antecedentes criminais;
- V** - comprovante de residência;
- VI** - Certificado do Curso de Manipulação de Alimentos, quando necessário;
- VII** – Certidão Negativa de Débito;
- VIII** - 01 (uma) foto (tamanho 3x4, recente, colorida, com fundo branco e sem data).

Parágrafo único. Todo o procedimento poderá ser realizado através de procurador devidamente constituído, devendo para isso apresentar o original ou cópia autenticada do documento de identificação civil do representado (RG - Registro Geral, contendo o CPF - Cadastro de Pessoa Física, ou CNH - Carteira Nacional de Habilitação), junto à procuração com firma reconhecida por autenticidade e com os devidos poderes específicos para tratar da renovação da licença de ambulante."

Art. 12. O § 1º do artigo 28 do Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28. [...]

§ 1º A Coordenadoria de Fiscalização de Posturas - COFIS-POSTURAS receberá a inscrição de interessados e publicará a lista de espera periodicamente no Diário Oficial do Município.”

Art. 13. O artigo 29 do Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. Para a transferência da licença de comércio ambulante, os ambulantes deverão apresentar os documentos abaixo elencados em suas vias originais para a devida análise prévia por parte da Seção de Fiscalização de Comércio Ambulante - SEFIS-AMB, pertencente à Coordenadoria de Fiscalização de Posturas - COFIS-POSTURAS, vinculada à Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais - SEPREF, e protocolá-los no Poupatempo - Santos:

- I - requerimento ao Prefeito;
- II - documento de identificação da pessoa física e jurídica;
- III - atestado médico;
- IV - atestado de antecedentes criminais;
- V - comprovante de residência;
- VI - Certificado do Curso de Manipulação de Alimentos, quando necessário;
- VII - Certidão Negativa de Débitos;
- VIII - 01 (uma) foto (tamanho 3x4, recente, colorida, com fundo branco e sem data);
- IX - documento que comprove a solicitação de cessão de direitos entre ambulantes com as firmas reconhecidas por autenticidade.

Parágrafo único. Todo o procedimento poderá ser realizado através de procurador devidamente constituído, devendo para isso apresentar o original ou cópia autenticada do documento de identificação civil do representado (RG - Registro Geral, contendo o CPF - Cadastro de Pessoa Física, ou CNH - Carteira Nacional de Habilitação), junto à procuração com firma reconhecida por autenticidade e com os devidos poderes específicos para tratar da transferência da licença de ambulante."

Art. 14. O inciso I do artigo 32 do Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32. (...)

I - defronte a imóvel particular, o pedido deve ser acompanhado da apresentação da anuência expressa do proprietário do imóvel, com firma reconhecida por autenticidade, acompanhado do espelho do IPTU e, quando necessário, contrato de locação;”

Art. 15. O artigo 33 do Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33. Nos casos de apreensão, a autoridade municipal competente deverá lavrar o respectivo termo, devendo nele constar:

- I** - dados da pessoa física, somente maior de 18 anos;
- II** - especificação dos itens apreendidos;
- III** - data e hora;
- IV** - leis, artigos, parágrafos infringidos;
- V** - descrição do fato ocorrido.

§ 1º Todo item apreendido será recolhido ao depósito da Prefeitura.

§ 2º É passível de apreensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, entre outros:

I - Mercadorias comercializadas em desacordo com as categorias de produtos autorizados, conforme o artigo 2º deste Decreto e o inciso I do artigo 7º da Lei Complementar nº 1.189/2023;

II - Equipamentos e veículos não padronizados ou não aprovados pela Administração Municipal, ou que produzam som, mecânico ou elétrico, nos termos do art. 6º, art. 9º e inciso X do art. 7º da Lei Complementar nº 1.189/2023;

III - Guarda-sóis, mesas e cadeiras que excedam o limite estabelecido para a atividade na praia, nos termos dos artigos 14 e 14-A deste Decreto;

IV - Alimentos ou bebidas cuja água ou gelo utilizados na manipulação não sejam comprovadamente potáveis, em violação ao artigo 16 deste Decreto e inciso III do artigo 6º da Lei Complementar nº 1.189/2023;

V - Mercadoria, equipamento ou veículo deixado em via, logradouro público ou orla da praia, quando o ambulante não estiver operando sua atividade, excetuados os *trailers* fixos, em violação ao inciso III do artigo 7º da Lei Complementar nº 1.189/2023;

VI - Resíduos descartados de forma inadequada, em descumprimento ao artigo 20 deste Decreto e inciso V do artigo 6º da Lei Complementar nº 1.189/2023;

VII - Mercadorias ou produtos cuja comercialização seja vedada pelo inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 1.189/2023;

VIII - Equipamento ou aparelho que produza som audível pelo lado externo, independentemente do volume ou frequência, que perturbe o sossego público, nas vias terrestres abertas à circulação, em violação ao inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 1.189/2023;

IX - Equipamentos, mercadorias ou veículos que permaneçam em via ou logradouro público, incluindo a areia da praia, durante o período em que o ambulante não estiver exercendo a atividade, excetuados os *trailers* fixos”

Art. 16. O artigo 35 do Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 35.** A fiscalização das normas e exigências previstas neste Decreto será de competência dos Fiscais de Posturas lotados na Coordenadoria de Fiscalização de Posturas - COFIS-POSTURAS, vinculada à Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais - SEPREF.”

Art. 17. O Decreto nº 10.051, de 04 de maio de 2023, passa a vigorar acrescido do artigo 36-A, com a seguinte redação:

“**Art. 36-A.** O descumprimento das determinações estabelecidas neste Decreto sujeitará o ambulante à aplicação de multa pecuniária no valor base de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

§ 1º O valor da multa de que trata o *caput* poderá ser atenuado ou agravado, a critério da autoridade municipal competente, observando-se as seguintes circunstâncias:

I - Atenuantes: A multa-base poderá ser reduzida até sua metade, considerando:

a) A ausência de dolo ou má-fé na conduta, quando comprovada;

b) A colaboração efetiva com a fiscalização para a elucidação dos fatos ou a correção da irregularidade;

c) A cessação voluntária da irregularidade ou a reparação do dano antes da decisão administrativa final;

d) As consequências mínimas ou a ausência de dano efetivo decorrente da infração.

II - Agravantes: A multa poderá ser aumentada em até 10 (dez) vezes o valor da multa inicial, considerando:

a) A premeditação, o dolo ou a má-fé comprovados na prática da infração;

b) O impedimento, a dificuldade ou o embaraço à ação fiscalizadora;

c) A ocorrência de dano significativo à saúde pública, ao meio ambiente, ao patrimônio público ou privado, ou à segurança de pessoas;

GABINETE DO PREFEITO

d) A prática da infração em período noturno, domingos ou feriados, quando aplicável;

e) A infração que afete ou exponha a risco crianças, idosos, pessoas com deficiência ou outros grupos vulneráveis."

§ 2º Em caso de reincidência na mesma infração, o valor da multa será aplicado em dobro.

§ 3º Independentemente das atenuantes ou agravantes aplicadas, o valor final da multa não será inferior a R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) nem superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)."

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio "José Bonifácio", em 28 de julho de 2025.

ROGÉRIO SANTOS

Prefeito Municipal

Registrado no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de julho de 2025.

NATÁLIA LUCENA DOS SANTOS

Diretora do Departamento